

Plenária de Marília aprofunda debate sobre as reformas e aponta o caminho da organização de base

Marília sediou mais uma Plenária Estadual da Adunesp. Foi no dia 17/10/2018, com representantes do campus anfitrião, Rio Preto, Assis, São Vicente, Bauru, Rio Claro e Ilha Solteira.

O ponto central foram as reformas em curso na Unesp: Sustentabilidade Financeira, Reforma Administrativa e Reforma Acadêmica. No mesmo dia, as reformas haviam sido tema de um debate promovido pela subseção local da Adunesp.

Do debate e da plenária, a conclusão central foi que a situação atual da Unesp, assim como do conjunto das universidades públicas brasileiras, é reflexo da conjuntura política mais ampla, e que estamos sob forte ameaça de um agravamento das condições de financiamento e de sobrevivência das nossas instituições.

Mesmo uma análise preliminar já indica que o pacote de reformas da Unesp, caso seja implementado, mudará significativamente o organograma de funcionamento e o caráter da nossa Universidade, conferindo a ela características similares às de uma empresa privada, cuja existência e finalidade são muito diferentes daquelas da universidade pública, para as quais o financiamento estatal é um dos seus pressupostos com *status* de cláusula pétrea, uma vez que essa é a premissa da liberdade de cátedra, da liberdade de produção de conhecimento, da formação de pessoas com pensamento crítico e do estabelecimento de um compromisso com a sociedade como um todo, bem como com a soberania nacional.

Reforma administrativa

Em relação à proposta de reforma administrativa, a constatação da Plenária é que o documento da Reitoria não toca em pontos cruciais, que poderiam levar à melhoria da estrutura administrativa da Universidade, além de não estar sendo amplamente discutido pela comunidade, dados os encaminhamentos estabelecidos até agora pela administração central. A proposta carece de fundamentação metodológica, deixando obscuros quais parâmetros teriam sido usados como suporte: número de alunos, de docentes, de cursos, de procedimentos acadêmico-administrativos? Não consta no documento uma dimensão de unidade de custo, ou seja, quanto custa cada setor da Universidade. O resultado é que não está clara a economia que poderia resultar da reforma nos moldes propostos. Apenas após ser cobrada nos órgãos colegiados centrais, a Reitoria revelou sua estimativa de uma economia anual de R\$ 8 milhões com a reforma administrativa – embora esta questão esteja, de uma forma, ou de outra, presente em todo o pacote de reformas - o que significaria, por exemplo, o equivalente a menos de que 1/22, ou algo em torno de 4,5% de uma folha de pagamento mensal – o que não justifica a forma acelerada e com pouco espaço à participação da comunidade com que o assunto vem sendo tratado.

Embora já existam estudos produzidos pelos colegiados superiores – como, por exemplo, a proposta de subquadro para a Reitoria e o ‘Relatório da Comissão CEPE-CADE: Estratégias para Estabilidade Financeira da Unesp’ (datado de 21/3/2018) –



Debate sobre as reformas em Marília, promovido pela Subseção da Adunesp

ao que parece nada está sendo levado em conta pela Reitoria, embora constituam um arcabouço de fundamental importância para a reflexão sobre as questões postas pelo pacote de reformas.

Considerando uma série de indagações e dúvidas levantadas ao longo do tempo por amplos setores da comunidade interna e externa, como é o caso das diárias corridas e das “bolsas de pesquisa” do estafê reitoral, a Plenária Estadual da Adunesp deliberou solicitar a todas as instâncias colegiadas que considerem a discussão sobre o subquadro da Reitoria como prioritária e necessariamente um pré-requisito para a análise de qualquer proposta de reforma que envolva a atual estrutura administrativa dos *campi*.

Reforma acadêmica

Tanto no debate promovido pela Subseção da Adunesp de Marília pela manhã, quanto na Plenária Estadual da Adunesp à tarde, foi consensual a avaliação de que prevalece na proposta de reforma acadêmica da Reitoria uma concepção empresarial do que deve ser a Universidade. O texto sugere nítida incompreensão da diferença do âmbito do público com o privado, bem como do papel de fomento exercido necessariamente pela universidade pública no desenvolvimento social e econômico do país.

Os debates convergiram para a avaliação de alguns dos itens presentes na proposta:

- Licenciaturas: É óbvio que a maior evasão e baixa demanda se verifiquem nas licenciaturas, pois o ensino público no país é desastroso e a função docente não atrai como deveria, devido, inclusive, aos baixos salários e às precaríssimas condições de trabalho. São conhecidos os altos percentuais de falta de professores no ensino médio em áreas como Física, Geografia e outras. Portanto, não se trata de problemas dos cursos em si. Das universidades públicas, espera-se que se preocupem efetivamente com a formação de professores, pois as privadas certamente não o farão. Assim, sinalizar para a diminuição de vagas ou mesmo fechamento de cursos é uma política retrógrada e contrária às necessidades de desenvolvimento do estado de São Paulo e do país.

- Creditação e personalização curricular: Em resumo, a pro-

posta da Reitoria aponta para redução do tempo do estudante em sala de aula, impondo-lhe a tarefa de buscar atividades extracurriculares, enquanto aos docentes restará aumentar a carga horária, num evidente rebaixamento das outras atividades acadêmicas. Como a Universidade praticamente não contrata desde 2014, essas medidas soam como uma tentativa de resolver o problema pelas avessas, precarizando nossas graduações.

- Professor itinerante: Outra medida destinada a “suprir” a falta de docentes é a criação, por parte da Pró-Reitoria de Graduação, do Programa de Mobilidade Docente na Graduação já para o ano letivo de 2019. O objetivo, segundo o edital do programa, é “incentivar a mobilidade dos/as docentes interessados/as em ministrar disciplinas obrigatórias, em suas especialidades, também outros cursos de graduação da Unesp e fora de sua cidade de atuação”. Para esse fim, é definido um “auxílio financeiro” de R\$ 5 mil para cada bloco de 60 horas/aula, com limite de 120 horas/aula por semestre. Os presentes na Plenária de Marília veem esta iniciativa com muita preocupação. Se há falta de docentes na Unesp, como tirar alguém do seu campus para ministrar aulas em outro campus? Isto certamente terá impacto nas atividades de pesquisa, extensão e orientação e gestão no campus de origem. E como esse campus poderá solicitar contratações futuras, se possui docentes saindo para dar aulas em outras unidades? Certamente, há um apelo econômico importante no programa, uma vez que nossos salários estão sob forte arrocho e, diante disso, há colegas vendo uma chance de aumento em seus proventos. Mas se trata de uma “saída” que trará algum benefício financeiro para poucos, além do risco de prejuízo significativo para os nossos programas de graduação e pós-graduação, e uma evidente precarização das condições de trabalho docente.

A Plenária de Marília concluiu, de um modo geral, que a reforma acadêmica proposta altera os pilares fundamentais que têm sustentado nossa Universidade nas últimas décadas. Como assinala avaliação feita pela Adunesp – disposta no *site* da entidade – trata-se da quebra do modelo construído pela dedicação integral de seus docentes; de uma ampla reestruturação dos currículos visando a redução do número de docentes necessários para garantir o funcionamento dos cursos; da ampla reorganização da atual estrutura de Departamentos; da fusão de Programas de Pós-Graduação de diferentes *campi* e com diferentes histórias, projetos e peculiaridades; da ampliação da influência da iniciativa privada nas decisões internas. Considerando a velocidade e a abrangência das mudanças – que, diga-se de passagem, já estão em curso antes de serem efetivamente pactuadas com a comunidade acadêmica – projeta-se um cenário de alterações aceleradas e concomitantes em todas as esferas da vida institucional, mexendo com a vida das pessoas

e produzindo efeitos em cascata que não podem ser previstos nem controlados. Tal estratégia pode gerar um grau temerário de desestabilização institucional.

Ampliar o debate

Um dos aspectos que chamou a atenção dos presentes na Plenária de Marília é que uma proposta desta natureza, que diz respeito a todas as dimensões em que se dá o funcionamento da Universidade, não está sendo amplamente discutida pela comunidade. Conforme já declararam alguns membros da Reitoria, trata-se de uma “proposta autoral”, que será submetida aos colegiados centrais afetos a cada um dos seus aspectos.

Considerando a gravidade das possíveis consequências do pacote de reformas proposto pela Reitoria da Unesp, a Plenária de Marília considera fundamental expandir o debate sobre elas e envolver o mais amplamente possível a comunidade. Tendo a realização da Assembleia Universitária como reivindicação histórica e atual, a Plenária conclama as Congregações, os Conselhos Diretores, os Conselhos de Departamento e os Conselhos de Curso a promoverem debates abertos sobre as reformas, envolvendo os três segmentos. Essas instâncias são atores fundamentais para a discussão de assuntos que dizem respeito à natureza e ao funcionamento da Universidade – porque é disso que trata o pacote de propostas da Reitoria – uma vez que é no âmbito das unidades, das quais fazem parte estes órgãos, que a Universidade confere materialidade à sua existência. É nesses nichos que são ministradas as aulas, são feitas as pesquisas e são estabelecidos e realizados os trabalhos de extensão. É aí que a Universidade existe de fato. Portanto, não é justo, nem democrático, nem responsável, que essas instâncias fiquem fora do processo de discussão, e isto tem ocorrido, ou pelo estabelecimento de prazos em que é inexequível uma discussão serena e profunda, ou, simplesmente, pela exclusão de algumas delas do debate.

No caso da reforma administrativa, a última reunião do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), em 10/10, após cobranças de conselheiros, definiu:

- A Propreg receberá sugestões das unidades até 20/12/2018.
- Na reunião ordinária de março de 2019, com elaborações e encaminhamentos da CEFA, terão início as discussões e deliberações sobre a reforma administrativa.
- Na reunião ordinária de fevereiro ou março de 2019, a Proposta de Sustentabilidade para a Unesp Parte I: Reforma Orçamentária e Financeira entrará novamente em discussão.

O CADE ainda se reúne nos dias 14/11 e 12/12/2018.

No caso da reforma acadêmica, ainda não estão estabelecidos prazos. A Plenária de Marília considera fundamental que o debate tenha todo o tempo necessário para que a comunidade

Encaminhamentos aprovados na Plenária

- Propor e cobrar a realização de discussões amplas sobre as reformas nas instâncias locais (Congregações, Conselhos Departamentais e de Cursos etc.), pautando o documento da Adunesp sobre a reforma acadêmica e retomando as propostas do relatório CEPE/CADE (*ambos disponíveis no site da Adunesp*);
- Que a Adunesp proponha dias de debate sobre a conjuntura e a Unesp (*boletim com esse teor já foi divulgado*);
- Propor que a reforma administrativa se inicie pela Reitoria (bolsas, subquadro etc.);
- Questionar o Programa de Mobilidade Docente na Graduação (professor itinerante);
- Fortalecer a representação de base da Adunesp.

Próxima Plenária Estadual da Adunesp: 7/11, 10h, Rio Preto

Vamos continuar os debates sobre as reformas da Unesp, sua relação com a conjuntura e os caminhos para a intervenção da comunidade no processo. Fique atento à divulgação e participe!